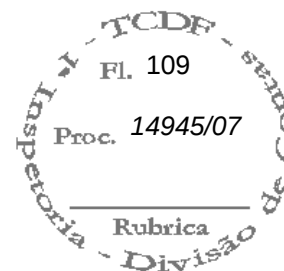




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS



**PROCESSO Nº 14945/2007 (4 anexos)**

**INFORMAÇÃO Nº 91/2009**

**APENSO Nº 193.000038/2007 (3 volumes)**

**ÓRGÃO DE ORIGEM** Fundação de Apoio à Pesquisa do DF - FAP/DF

**ASSUNTO** Tomada de Contas Anual

**VALORES ENVOLVIDOS:** R\$ 44.771.096,45 (montante em exame)

**EMENTA** Decisão nº 7370/2008, reiterada pela de nº 1614/2009. Cumprimento. Irregularidades constatadas. Audiência.

Sr. Diretor,

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas e demais responsáveis da Fundação de Apoio à Pesquisa do DF - FAP/DF, referente ao exercício de 2006.

2. Neste momento processual, serão analisados os esclarecimentos oferecidos pela FAP/DF, em atendimento à Decisão nº 7370/2008 (f. 94), reiterada pela de nº 1614/2009 (f. 103). Por meio desta decisão, o Tribunal deliberou por:

*“III - preliminarmente, determinar à FAP/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências:*

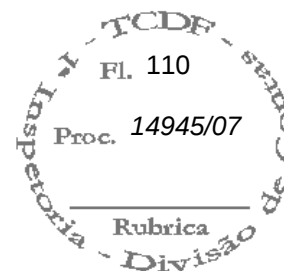
*a) apresente o pronunciamento ou o parecer conclusivo do Conselho Superior da FAP/DF quanto à aprovação da presente PCA, previsto no inciso VII do art. 146 do RI/TCDF e no art. 28 do estatuto da entidade;*

*b) informe as medidas adotadas para regularizar os valores inscritos na conta 1.1.2.2.9.XX.00 – Diversos Responsáveis, no montante de R\$ 270.640,18 (duzentos e setenta mil, seiscentos e quarenta reais e dezoito centavos), conforme indicado às fls. 37/49 do Processo apenso nº 193.000.038/2007;*

*c) encaminhe o demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução nº 102/1998 - TCDF, referente às tomadas de contas especiais tratadas nos Processos nºs 193.000.360/1999, 193.000.361/1999, 193.000.409/1999, 193.000.035/2001, 193.000.182/2004, 193.000.267/2004, 193.000.289/2004, 193.000.298/2004 e 193.000.317/2005;”*

3. A Diretora-Presidente, mediante expediente s/n (f. 746 do Processo apenso nº 193.000038/2007), encaminhou as respostas à Decisão nº 7370/2008, com 7 dias de atraso.

## **I – DA DILIGÊNCIA**

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS

4. Iremos tabular os questionamentos e as respostas ofertadas pela jurisdicionada, juntamente, com a análise destas.

Item III.a	III - preliminarmente, determinar à FAP/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: a) apresente o pronunciamento ou o parecer conclusivo do Conselho Superior da FAP/DF quanto à aprovação da presente PCA, previsto no inciso VII do art. 146 do RI/TCDF e no art. 28 do estatuto da entidade;
Resposta	A Diretora-Presidente informou que o referido pronunciamento foi acostado às folhas 735 a 745 do Processo apenso nº 193.000038/2007.
Análise	Consta às folhas 742-743 do Processo apenso nº 193.000038/2007 o pronunciamento conclusivo do Conselho Superior da FAP/DF aprovando a referida prestação de contas, razão pela qual consideramos satisfeito este ponto da diligência.
Item III.b	III - preliminarmente, determinar à FAP/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: b) informe as medidas adotadas para regularizar os valores inscritos na conta 1.1.2.2.9.XX.00 – Diversos Responsáveis, no montante de R\$ 270.640,18 (duzentos e setenta mil, seiscentos e quarenta reais e dezoito centavos), conforme indicado às fls. 37/49 do Processo apenso nº 193.000038/2007;
Resposta	A Diretora-Presidente informou que as medidas adotadas para regularizar os valores inscritos são as indicadas no Quadro A (f. 747 do Processo apenso nº 193.000038/2007). O Quadro A demonstra: 1 – valor de R\$ 174.820,99 – processo em execução judicial favorável à FAP/DF; 2 – valor de R\$ 6.596,62 – débito dividido em 60 parcelas - quitado; 3 – valor de R\$ 27.051,44 – débito dividido em 60 parcelas, restando 40 parcelas totalizando R\$ 17.583,47; 4 – valor de R\$ 36.853,82 – débito dividido em 60 parcelas, restando 41 parcelas totalizando R\$ 25.186,07; 5 – valor de R\$ 11.547,18 – débito dividido em 60 parcelas, restando 41 parcelas totalizando R\$ 7.302,58; 6 – valor de R\$ 12.239,04 – débito inscrito em dívida ativa; e 7 – valor de R\$ 1.531,09 – débito em apuração.
Análise	Considerando que as providências tomadas são satisfatórias, somos por entender que o resultado das ainda pendentes poderão ser acompanhadas nas próximas TCAs.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS



Item III.c	III - preliminarmente, determinar à FAP/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: c) encaminhe o demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução nº 102/1998 - TCDF, referente às tomadas de contas especiais tratadas nos Processos nºs 193.000.360/1999, 193.000.361/1999, 193.000.409/1999, 193.000.035/2001, 193.000.182/2004, 193.000.267/2004, 193.000.289/2004, 193.000.298/2004 e 193.000.317/2005;
Resposta	A Diretora-Presidente informou que as informações relativas aos processos citados estão descritas no Quadro B (f. 748 do Processo apenso nº 193.000038/2007). O Quadro B demonstra que o Processo nº: 1 – 193.000.360/1999 encontra-se em fase de análise (R\$ 227,43); 2 – 193.000.361/1999 está concluso, sem responsabilização de qualquer servidor ou terceiro (R\$ 7.602,07); 3 – 193.000.409/1999 encontra-se em fase de análise (R\$ 2.024,50); 4 – 193.000.035/2001 encontra-se associado ao de nº 39594/2008 que está em fase de análise de TCE (R\$ 22.203,67); 5 – 193.000.182/2004 foi encerrado, tendo em vista que a Comissão de TCE aceitou a prestação de contas feita pelo coordenador do projeto (R\$ 1.884,94); 6 – 193.000.267/2004 encontra-se em fase de análise (R\$ 9.735,68); 7 – 193.000.289/2004 está em fase de parcelamento do valor a ser ressarcido, 24 parcelas de R\$ 159,76; 8 – 193.000.298/2004 encontra-se em fase de análise (R\$ 15.600,00); 9 – 193.000.317/2005 atribuiu a responsabilidade à terceiros (R\$ 4.823,33).
Análise	Entendemos aceitáveis as informações prestadas, sendo que os ressarcimentos poderão ser acompanhados nas próximas TCAs, porém isto não dispensa a elaboração dos demonstrativos previstos no art. 14 da Res. 102/98, razão pela qual entendemos que, no momento oportuno, a irregularidade formal deverá constar como ressalva às contas.

5. Da análise da resposta da jurisdicionada, somos pelo cumprimento da diligência determinada pela Decisão nº 7370/2008.

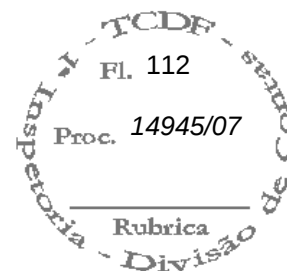
## II – JULGAMENTO DAS CONTAS

6. Consultando a Informação nº 255/2008 (fs. 54-81) verificamos que houve a indicação de itens que poderão ser objeto de ressalvas às contas, sendo eles:

- 6.1.4 (subitem 2.1.1 do Relatório de Auditoria) – Inventário Patrimonial. O Controle Interno constatou que o Inventário Patrimonial não contempla a totalidade dos bens



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS



- sob a responsabilidade da jurisdicionada, impedindo a aferição adequada do controle patrimonial, portanto, somos pela inclusão desta falha no rol das ressalvas, que deverão recair sobre os cidadãos que exerceram os cargos de Gerente de Administração Geral e Chefe do Núcleo de Patrimônio em 2006;
- 6.1.4 (subitem 2.2.2 do Relatório de Auditoria) – Bens Inservíveis. O Controle Interno apontou a existência de bens inservíveis (avaliados em R\$ 146.713,08) alocados nas dependências da FAP/DF há mais de 2 anos, sem que seja dada a destinação apropriada. Considerando que tal falha demonstra pouco interesse em resguardar a Administração Pública, somos pela inclusão desta falha no rol das ressalvas, que deverão recair sobre os cidadãos que exerceram os cargos de Gerente de Administração Geral e Chefe do Núcleo de Patrimônio em 2006;
  - 6.1.4 (subitem 4.2.1 do Relatório de Auditoria) - Prorrogação de contrato em caráter excepcional com justificativa inconsistente. O Controle Interno anotou que a jurisdicionada prorrogou vários contratos, de forma emergencial, sem a devida justificativa. Considerando que tal falha não acarretou qualquer prejuízo, somos pela inclusão desta falha no rol das ressalvas, que deverão recair sobre os cidadãos que exerceram os cargos de Diretor-Presidente, Diretor de Apoio Operacional e Gerente de Administração Geral em 2006; e
  - 6.1.4 (subitem 4.2.3 do Relatório de Auditoria) - Contrato de copiadora superdimensionado para as necessidades da FAP/DF. O Controle Interno constatou que era pago o valor de R\$ 3.195,80 pela franquia mensal de 20.000 cópias, sendo que verificou-se utilização apenas de 131.219 cópias das 240.000 franqueadas. Considerando que a importância paga pelas cópias não utilizadas representa apenas 2,28% do valor empenhado, em 2006, no Programa de Trabalho 04.122.1000.8517.0069 – Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, entendemos que a ocorrência em comento deve ensejar apenas ressalva às contas dos cidadãos que exerceram os cargos de Diretor-Presidente, Diretor de Apoio Operacional e Gerente de Administração Geral em 2006.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS



7. Consta na Informação nº 255/2008 (fs. 54-81) a indicação do Processo nº 14.746/2006 (auditoria operacional na FAP/DF) como passível de sobrestar o julgamento das presentes contas. Consultando as deliberações tomadas por este Tribunal naqueles autos, verificamos que o resultado da referida auditoria (Decisão nº 5953/2007, f. 107-108) apontou várias falhas, quais sejam:

1. a FAP não cumpre seus objetivos institucionais, tal como previsto na Lei nº 347/92;
2. a FAP possuiu estrutura administrativa superdimensionada, cujo Conselho Diretor é composto de seis cargos, incompatível com seu porte;
3. a FAP carece de pessoal qualificado e estável, por não contar com Quadro de Pessoal Efetivo, dotado de carreiras e cargos com requisitos próprios;
4. é elevada a rotatividade dos membros da Diretoria, bem como de servidores comissionados, resultando em descontinuidade administrativa e gestão ineficiente de recursos públicos;
5. inexistência de um Plano de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal;
6. ausência de comprovação de que o projeto "Iluminação Soma de Elementos Tecnológicos Industriais e Materiais e Técnicas Artesanais Regionais" esteja voltado à busca de fontes alternativas de energia com menores custos, melhor qualidade e redução do desperdício, consoante requerido pelo Anexo IV do Edital de Pesquisa Nº 06/2004;
7. pagamento indevido de diárias à Sra. Sílvia Maria Caetano de Barros para a cidade de Recife; e
8. desembolso de pagamentos indevidos para custear o Projeto "O Dado de Contos".

8. Considerando as várias impropriedades verificadas na auditoria operacional em questão, somos por, preliminarmente, chamar em audiência prévia os cidadãos que exerceram as funções de Diretor-Presidente e Diretor de Apoio Operacional para, querendo, apresentarem as justificativas que tiverem ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares.

### III – PROPOSIÇÕES



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS

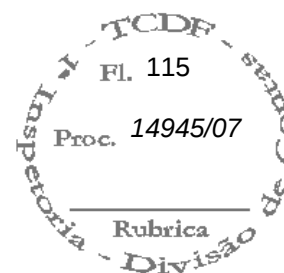


9. Ante ao exposto, sugerimos ao c. Plenário que:

- I. tome conhecimento dos termos do expediente acostado às folhas 746 do Processo nº 193.000038/2007 e anexos, considerando cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 7370/2008 e relevando o atraso verificado nos autos;
- II. determine a audiência, consoante artigo 13, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94, dos Titulares dos cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Apoio Logístico, que os exerceram no ano de 2006, para que, querendo, apresentem, no prazo de 30 dias, as justificativas que tiverem sobre as irregularidades a seguir listadas, relacionadas ao Processo nº 14.746/06 – Decisão nº 5953/2007, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares:
  - a. elevado custo de manutenção e reduzida aplicação de recursos financeiros em pesquisa, resultando em descumprimento de seus objetivos institucionais, tal como previsto na Lei nº 347/92;
  - b. a FAP possuiu estrutura administrativa superdimensionada, cujo Conselho Diretor é composto de seis cargos, incompatível com seu porte;
  - c. a FAP carece de pessoal qualificado e estável, por não contar com Quadro de Pessoal Efetivo, dotado de carreiras e cargos com requisitos próprios;
  - d. é elevada a rotatividade dos membros da Diretoria, bem como de servidores comissionados, resultando em descontinuidade administrativa e gestão ineficiente de recursos públicos;
  - e. inexistência de um Plano de Ciência de Tecnologia do Distrito Federal;
  - f. ausência de comprovação de que o projeto "Iluminação Soma de Elementos Tecnológicos Industriais e Materiais e Técnicas Artesanais Regionais" esteja voltado à busca de fontes alternativas de energia com menores custos, melhor qualidade e redução do desperdício, consoante requerido pelo Anexo IV do Edital de Pesquisa Nº 06/2004;
  - g. pagamento indevido de diárias à Sra. Sílvia Maria Caetano de Barros para a cidade de Recife; e
  - h. desembolso de pagamentos indevidos para custear o Projeto "O Dado de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
1ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO - DIVISÃO DE CONTAS



Contos";

III. autorize o retorno dos autos a inspetoria competente para as providências de estilo.

À superior consideração.

**Brasília, 04 de maio de 2009**

**André Rafael Akegawa Pierre**  
AFCE – Divisão de Contas – 1ª ICE

DIGITALIZADO